Parte III - Trajetórias, Categorias, Implicações
Capítulo 12 - Memórias Acadêmico-Afetivas sobre a Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: entrevista com Marta Maria do Amaral Azevedo

Marta Maria do Amaral Azevedo
Alessandra Traldi Simoni
Bruno Nogueira Guimarães
Ricardo Ventura Santos

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

AZEVEDO, M.M.A., SIMONI, A.T., GUIMARÃES, B.N., and SANTOS, R.V. Memórias Acadêmico-Afetivas sobre a Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: entrevista com Marta Maria do Amaral Azevedo. In: SANTOS, R.V., GUIMARÃES, B.N., CAMPOS, M.B., and AZEVEDO, M.M.A., comps. *Entre Demografia e Antropologia: povos indígenas no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2019, pp. 241-264. Saúde dos povos Indígenas collection. ISBN: 978-65-5708-013-9.
<https://doi.org/10.7476/9786557080139.0013>.

All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Memórias Acadêmico-Afetivas sobre a Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: entrevista com Marta Maria do Amaral Azevedo

Marta Maria do Amaral Azevedo

Alessandra Traldi Simoni

Bruno Nogueira Guimarães

Ricardo Ventura Santos

Apresentação

Sobretudo a partir dos anos 1980, a antropóloga e demógrafa Marta Maria do Amaral Azevedo acompanhou e participou de diversas iniciativas de recenseamentos autônomos e contagens das populações indígenas, conduzidas pela sociedade civil e pelo Estado. Pesquisadora do Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) e professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Marta Azevedo é uma das autoras que, nas últimas décadas, mais expressivamente contribuiu para estabelecer e expandir as pesquisas em demografia indígena no Brasil. Atuou em importantes organizações de apoio aos povos indígenas, como o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (Cedi), o Instituto Socioambiental (ISA), a Comissão Pró-Índio de São Paulo (CPI/SP) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Foi presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai) e uma das fundadoras do Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas no Brasil da Associação Brasileira de Estudos de População (Abep) e da Associação Latino-Americana de População (Alap). Atualmente é integrante do Conselho Consultivo do Censo Demográfico Nacional 2020.

A base desta entrevista foi a conferência “Memórias afetivo-acadêmicas da demografia dos povos indígenas”, proferida no IX Seminário do Grupo de Trabalho Demografia dos Povos Indígenas da Abep, realizado no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em outubro de 2017. Em 2018, como parte das atividades de um projeto de pesquisa acerca da trajetória da constituição do campo da demografia dos povos indígenas no Brasil, Marta Azevedo concedeu uma série de entrevistas, na cidade de São Paulo e em Campinas, a Ricardo Ventura Santos, Bruno Guimarães e Alessandra Traldi Simoni,¹ cujos conteúdos foram, em parte, incorporados ao texto resultante da transcrição da conferência.

Como foi sua trajetória da antropologia para a demografia?

O interesse pela demografia foi sendo constituído ao longo da minha atuação como antropóloga com os povos indígenas. Em 1974, quando ingressei no curso de ciências sociais na Universidade de São Paulo (USP), já tinha interesse em trabalhar com povos indígenas.² Lembro muito bem da aula inaugural daquele ano, ministrada por José de Souza Martins. Ele perguntou aos alunos no auditório, que estava cheio, quem queria seguir nas áreas de ciência política, sociologia ou antropologia. Somente eu e mais algumas poucas pessoas, no máximo dez, estávamos interessados em antropologia. Recordo-me que Martins disse que era melhor mudarmos de ideia porque em pouco tempo poderia não haver mais indígenas no Brasil. Isso é curioso, pois mostra que, no começo dos anos 1970, havia um certo consenso na comunidade científica de que a população indígena estava em decréscimo e, nesse cenário, deixaria de existir enquanto etnicamente distinta da população nacional. Felizmente essa noção foi desconstruída ao longo das décadas seguintes, pela ação de uma rede de pesquisadores de diversas áreas – antropologia, linguística, geografia, entre outras –, missionários, indigenistas e indígenas.

Durante a graduação tive pouco contato com antropólogos ou etnólogos, com exceção das professoras Sylvia Caiuby, Aracy Lopes da Silva e Lux Vidal. No terceiro ou quarto ano, pude cursar duas matérias eletivas: uma sobre mito e rito no pensamento antropológico, com a professora Aracy; e a outra sobre antropologia brasileira, com a professora Lux. Já graduada, acompanhei, no início dos anos 1980, uma disciplina ministrada na Escola de Comunicação e Artes (ECA) pelo professor Egon Schaden, que havia se aposentado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH).

Apesar de não ter tido muitas aulas sobre o tema, estava à procura de oportunidades para trabalhar com povos indígenas. Em uma ocasião, fui assistir a uma apresentação do Projeto Kaiowá Nandeva (PKÑ), que estava sendo iniciado pelo antropólogo Rubem F. Thomaz de Almeida, com os Guarani e Kaiowá, no Mato Grosso do Sul. Era uma iniciativa indigenista, que fazia parte de um conjunto de projetos de antropólogos ligados às Declarações de Barbados (reproduzidas em Oliveira & Freire, 2006). O PKÑ tinha relação com o Projeto Paĩ-Tavyterã (PPT), implementado na província de Amambay, no Paraguai, região da fronteira com Brasil.

A partir desse contato, em 1978, fui trabalhar com os Guarani no PKÑ no município de Amambai (MS), na aldeia de Takauapiry (posteriormente grafada Taquaperi). Naquela época, havia um grupo de pesquisadores que atuava em uma *antropologia engajada*, preocupada em produzir do ponto de vista acadêmico, mas também em demarcar terras, em pensar políticas públicas de educação e saúde junto com os povos indígenas.

Os Guarani me pediram para ajudar na escola, porque eles estavam sendo alfabetizados apenas em português, uma língua que as crianças não entendiam.

Os adultos queriam que as crianças estudassem para melhor lidar com os *karaí*, os não indígenas, e para isso a alfabetização deveria ser feita na língua que elas falavam, ou seja, em guarani. É importante lembrar que, durante os anos 1970, principalmente após 1978, data da divisão do Mato Grosso e criação do Mato Grosso do Sul, os Guarani estavam sofrendo despejos das fazendas, em virtude do novo impulso do desenvolvimento agrário na região, focado principalmente no plantio de soja e na criação de gado, com a abertura de fazendas e desmatamento em larga escala. A Funai conversava com as famílias Guarani e as transferia, mesmo forçadamente, para uma das oito antigas reservas demarcadas no período do Rondon, entre 1910 e 1930, como a de Takauapiry, onde eu trabalhava. Presenciei várias dessas *chegadas* de famílias inteiras trazidas pela Funai para essa aldeia.

Nesse cenário, e com a indicação de que trabalharia com a escola, em 1979 decidi fazer um censo da aldeia, guiando-me por obras como o *Guia Prático de Antropologia* (Criaghi, 1973) e a *Introducción a la Etnografía* (Mauss, 1974), ambas indicações de Aracy. O *Guia* é um manual, preparado por uma comissão do Real Instituto de Antropologia da Grã-Bretanha e Irlanda, que tem por finalidade orientar o antropólogo sobre as etapas da pesquisa de campo a serem seguidas. Há uma seção da publicação que apresenta indicações de como se deve fazer um censo demográfico, contar o número de casas e de famílias, descrever a forma como as famílias se organizam, elaborar desenhos e esquemas e assim por diante. Detalha também a técnica de anotar dados acerca do sistema de parentesco e informa, por exemplo, que cada povo tem classes de idade. No livro de Mauss, também há essa indicação sobre a utilização de uma contagem populacional para conhecer a unidade básica social com a qual se trabalha. Então, em julho de 1979, fiz uma ficha para cada família e visitei todas as casas da aldeia/reserva, registrando inclusive o processo de deslocamento forçado pelo qual a população estava passando. Cheguei a um resultado de contagem populacional total na reserva de 814 pessoas.

Recordo-me que a Funai tinha um livro de registro de nascimentos, que constituía a fonte principal acerca dos nascimentos nas comunidades, assim como um livro de casamentos e de óbitos. Os dados eram preenchidos na medida em que os indígenas chegavam ao Posto Indígena (PI), que ficava distante para a maioria das famílias. Por isso, as informações eram muitas vezes inexatas, embora alguns funcionários, sobretudo os chefes de posto, fizessem um esforço para manter uma contagem populacional e o registro de casamentos atualizados. Os dados produzidos localmente eram enviados, por meio de relatórios periódicos, para as delegacias da Funai e, posteriormente, seguiam para Brasília, sede do órgão indigenista, que nessa época estava vinculado ao Ministério do Interior. Com base nessas informações, calculava-se o orçamento que seria disponibilizado no ano seguinte para ações de desenvolvimento e apoio às populações indígenas.

Figura 1 – Marta Maria do Amaral Azevedo com sua filha ao colo, em aldeia Guarani Kaiowá (MS), em 1982

Arquivo pessoal Marta Azevedo.

É curioso que, com esse censo, produzi informações sobre a população Guarani da aldeia de Taquaperi de que o próprio órgão indigenista não dispunha. Enquanto lá residia, recorde-me que a Operação Anchieta, atual Operação Amazônia Nativa (Opan), e o Cimi, foram até a aldeia em que eu estava como parte do projeto de levantamento da população indígena em todo o país, publicado no jornal *Porantim* (Cimi, 1982). Foi uma iniciativa para conhecer efetivamente o contingente populacional e a situação de vida dos povos indígenas nessa época. Isso porque durante a ditadura militar foram feitas tentativas de emancipação dos povos indígenas, o que significava que o governo deixaria de reconhecer ou considerar pessoas como indígenas. Ou seja, nas décadas de 1970 e 1980, o recenseamento não era apenas uma atividade de pesquisa, mas também um ato político, pelo reconhecimento da existência de povos indígenas no Brasil.

Antes de me interessar propriamente por questões demográficas, participei também do levantamento sobre a população indígena no Brasil feito pelo Cedi, coordenado pelo antropólogo Carlos Alberto Ricardo. A partir de 1980, foi estruturada uma ampla rede de colaboradores voluntários para o projeto Povos Indígenas no Brasil, que contava com a participação de pesquisadores, antropólogos, indigenistas, missionários e indígenas. A ideia era “colocar os índios no mapa do Brasil” (frase

dita por próprio Beto Ricardo), mostrando a importância e a expressão dos povos indígenas no território nacional. O projeto possibilitou a publicação de volumes retratando a presença indígena no país e dando visibilidade a essa população.

Essas foram as minhas primeiras aproximações com a demografia, que tiveram um papel importante para o campo indigenista e político de desmistificar a ideia vigente, no início dos anos 1970, de que os indígenas deixariam de existir no Brasil. As iniciativas de levantamento populacional apontaram, ao contrário, um processo de crescimento da população indígena e sua presença em quase todo o território nacional. Certamente foram muito importantes para o processo do reconhecimento dos direitos indígenas na Constituição de 1988.

Esse movimento estava relacionado com as duas sessões realizadas sobre demografia e povos indígenas que ocorreram nos encontros da Abep de 1982 e 1984?

Certamente. Uma rede de indigenistas e antropólogos foi se formando nos anos 1970. Acho que é possível identificá-los como engajados com uma certa “antropologia aplicada”, como escreveu Roger Bastide, conectados às Declarações de Barbados, mencionadas anteriormente, das quais muitos participaram ativamente, como o dr. Georg Grünberg. Não estive pessoalmente nos encontros da Abep dos anos 1980, mas Lux Vidal e Carmen Junqueira, antropólogas importantes para esse movimento, estiveram nas reuniões, o que mostra uma primeira aproximação formal entre antropólogos e demógrafos preocupados com os povos indígenas no Brasil. Posteriormente, nesta entrevista, podemos resgatar essa história nos encontros do GT Demografia dos Povos Indígenas da Abep,³ mas, ao longo dos anos 1980, eu acompanhava e atuava, sobretudo, com a questão da educação escolar indígena.

Foi com esse tema da educação que você foi convidada para ir para o Alto Rio Negro, Amazonas, pela primeira vez?

Justamente. Em 1979 eu já estava envolvida com educação escolar indígena, e promovemos um encontro que resultou no livro *A Questão da Educação Indígena*, organizado por Aracy Lopes da Silva (Lopes da Silva, 1981). Em 1989 fundamos o Mari – Grupo de Educação Indígena –, no departamento de antropologia da USP. Derivava de um grupo que tinha se formado anteriormente no âmbito da Comissão Pró-Índio de São Paulo, como uma espécie de departamento da comissão. O Mari tinha como objetivo promover, assessorar e publicar reflexões e debates em torno da educação indígena, tanto para indígenas quando para não indígenas, divulgando materiais e livros sobre os povos indígenas para o grande público. No mesmo ano, fui convidada pela professora Rosa Helena Dias da Silva (Rosinha) a participar do Encontro dos Professores Indígenas do Amazonas e Roraima, mas só

pude ir ao encontro de 1990, quando conheci Gersem dos Santos Luciano Baniwa, que estava na delegação dos professores do Alto Rio Negro, Amazonas. Em julho de 1991, Gersem me convidou a ir para o Rio Negro, juntamente com Rosinha, para darmos um curso de administração geral para as organizações indígenas, o primeiro curso de administração geral da Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN). As comunidades indígenas do Alto Rio Negro já há algum tempo se organizavam em diversas associações e, em 1990, a FOIRN contava com mais de 60 organizações filiadas na época. As lideranças, cerca de 50, estavam interessadas em aprender a redigir projetos, relatórios, cartas, documentos e a fazer prestação de contas, para poderem operar e melhorar as iniciativas das próprias associações e da FOIRN.

Aceitei o convite e em janeiro de 1992 fiz a primeira viagem para o Rio Negro. Rosinha e eu passamos o mês de janeiro em São Gabriel da Cachoeira trabalhando com as lideranças. Nossa abordagem sempre foi a de propor atividades práticas durante os cursos de formação, permitindo o desenvolvimento de projetos que fizessem sentido para as realidades e interesses locais. O exercício escolhido pelas lideranças das associações e da FOIRN foi a elaboração de um projeto para a realizar um censo das comunidades e famílias da região do Rio Negro.

Nessa época, os indígenas estavam lutando pela demarcação de suas terras, e havia um processo jurídico do Ministério Público Federal contra a demarcação do território em *ilhas descontínuas*, que havia sido feita pelo governo José Sarney. Além disso, o Censo Demográfico de 1991, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tinha acabado de passar na região para a coleta de dados. A informação populacional era, e é, essencial para o processo de demarcação de terras.

Os dados sobre a população variavam de 3 mil (segundo o governo estadual do Amazonas) a 30 mil pessoas (segundo o Cimi). A Funai estimava cerca de 10 mil na região do Alto Rio Negro. Ou seja, não se sabia ao certo qual era o número de indígenas residentes no Alto Rio Negro.

As lideranças indígenas, portanto, queriam saber e entender o que era um censo. Para isso, nos pediram para elaborar um projeto para realização de um censo demográfico na região, que foi o trabalho final do curso de administração geral que estávamos realizando (Azevedo, 1992).

Quando voltei para São Paulo, em março de 1992, fui ao Nepo/Unicamp na companhia de Márcio Silva, colega que também assessorava o Movimento dos Professores Indígenas do Amazonas, Roraima e Acre. Fomos recebidos pelas professoras Maria Coleta de Oliveira e Suzana Cavenaghi, que nos explicaram um pouco mais sobre a realização de um censo autônomo. Também nos indicaram alguns livros sobre o tema e deram sugestões importantes para o questionário, que estava em fase inicial de formulação. Depois, conversei também com Aracy, que na ocasião estava vinculada à Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), e ela também me

incentivou, dizendo que havia realmente dificuldades no diálogo entre antropólogos e demógrafos. Embora os manuais de antropologia que usávamos apontassem para a importância de realização de censos nas aldeias, esses eram considerados, sobretudo, como ferramentas para a investigação de temas como parentesco, por exemplo. Em geral, nos estudos antropológicos, não havia uma interpretação desses dados para entender propriamente a dinâmica populacional, e os resultados das contagens e censos eram publicados, muitas vezes, em notas de rodapé ou anexos das monografias e teses.

Figura 2 – Marta Azevedo (à direita) na aldeia de Iauretê, no Alto Rio Negro (AM), no início da década de 1990

A antropóloga participa de uma atividade com Simone Argentino, enfermeira da ONG Saúde Sem Limites, como parte do projeto Saúde Reprodutiva das Mulheres Indígenas no Alto Rio Negro.

Arquivo pessoal Marta Azevedo.

Como foi o processo de fazer o Censo Indígena Autônomo do Rio Negro?

Com base nos projetos elaborados para o final do curso com as lideranças indígenas ligadas à FOIRN, a proposta de realização do Censo Indígena Autônomo do Rio Negro (CIARN) foi submetida à Organização Holandesa de Cofinanciamento e Desenvolvimento de Programas (Cebemo) e recebeu financiamento da instituição. O principal objetivo era realizar uma contagem de todas as pessoas e famílias que residiam no território reconhecido pelas lideranças como sendo de ocupação tradicional dos povos indígenas do Alto Rio Negro. O CIARN foi conduzido em conjunto com as lideranças e professores indígenas (estes últimos atuando como recenseadores), e envolveu a aplicação de dois questionários: um por aldeia (também denominada de comunidade ou sítio) e um por domicílio. Em julho de 1992, fomos para campo e, em dezembro, a investigação foi concluída, contabilizando 361 comunidades e uma população de 16.897 pessoas (Azevedo, 2003).

Demoramos um ano para completar a digitação e montar o banco de dados. Para essa etapa foram contratados, por intermédio de uma empresa, quatro digitadores, que alimentaram as informações utilizando um programa em linguagem dBASE.

Em 1994, a FOIRN conseguiu recursos e adquiriu um computador para instalar o banco de dados, que seria a primeira máquina desse tipo a chegar a São Gabriel da Cachoeira. Foi acordado com a FOIRN que esse banco de dados seria de propriedade da instituição, com o propósito de constituir uma ferramenta de trabalho para todos os seus projetos. O programa disponibilizava diferentes sinopses da pesquisa, com informações por calha de rio, por etnia, por idade e sexo, e várias outras, como, por exemplo, sobre a quantidade e o perfil de eleitores. Com as informações do CIARN, os indígenas puderam ter um retrato completo da região do Alto Rio Negro, com subsídios para apresentar e discutir reivindicações nos processos de demarcação das cinco terras indígenas (TIs) contíguas do Alto Rio Negro (Alto Rio Negro, Médio Rio Negro I, Médio Rio Negro II, Apapóris e Tea, cuja homologação aconteceu em 1997. Portanto, a utilização dos dados do CIARN foi imediata, ajudando também a traçar os perfis de migração das aldeias para a cidade de São Gabriel da Cachoeira.

De modo a dar sequência aos trabalhos de análise dos dados, a diretoria da FOIRN, na época, solicitou minha assessoria, convite que aceitei em virtude do interesse em estudar e me aprofundar em demografia. Elaboramos, então, um termo de compromisso por escrito, atestando que todas as informações eram de propriedade dos povos indígenas e que a divulgação das mesmas só poderia ocorrer com anuência da FOIRN. Ficou acordado também que eu poderia analisar o banco de dados como parte de minhas atividades de pesquisa. Lembro-me que, na ocasião, fui ao Nepo e conversei com Maria Coleta de Oliveira e Elza Berquó para saber se era possível participar da seleção para o doutorado. Elas foram receptivas e lembraram-se das

sessões de demografia indígena nos encontros da Abep no início dos anos 1980, que não aconteceram em encontros posteriores, pois não havia demógrafos trabalhando nessa temática. Assim, em 1995, entrei no doutorado na Unicamp. Ao me aproximar da demografia dos povos indígenas, percebi que essa área de pesquisa era muito pouco desenvolvida no Brasil e na América Latina em geral.

Como se deram essa passagem da antropologia para a demografia e a construção do diálogo entre as duas disciplinas? Como foi trabalhar com a produção de um conhecimento na área de demografia antropológica?

É interessante porque há uma desconfiança dos dois lados. A conversa entre as duas disciplinas é difícil, uma vez que há um campo da ciência demográfica que parte do princípio que os dados bons são dados coletados por quem tem distanciamento com relação à pesquisa. Os dados do CIARN foram coletados pelos indígenas, então havia sempre uma dúvida, por parte dos demógrafos, em reação à qualidade deles, principalmente porque a análise mostrava perfis demográficos muito distintos da população residente no Brasil em geral, diferente do que era esperado. No entanto, não se tratava de um problema com a metodologia ou rigor da pesquisa. A explicação para o fato decorria da dinâmica demográfica dos povos indígenas e da influência que variáveis culturais têm sobre fenômenos demográficos. Além disso, havia o desafio metodológico de trabalhar com populações de pequeno porte, e sobre as quais não havia informações prévias aos primeiros levantamentos feitos.

Da mesma forma, os antropólogos acham que somente quem faz etnografia boa é antropólogo, mas não há nessa disciplina treinamento para analisar os censos populacionais derivados das pesquisas de campo. Também havia, e em certa medida ainda há, um desconhecimento do potencial que uma análise demográfica pode trazer para questões antropológicas, o que vai além das pirâmides etárias que muitos antropólogos incluem como anexos de seus trabalhos.

Apesar dessa desconfiança mútua, o diálogo entre as duas disciplinas pode produzir uma boa demografia dos povos indígenas e ajudar a compreender questões etnológicas. Um exemplo foi o projeto Culture and Human Fertility. Esse estudo foi realizado pela International Union for the Scientific Study of Population (IUSSP) na década de 1950, em cooperação com a Unesco, e tinha o objetivo de investigar as condições sociais e culturais que afetavam a fecundidade em países *não industriais*. A pesquisa foi feita de maneira interdisciplinar e envolveu demógrafos e antropólogos de renome na época, como Frank Lorimer, Giorgio Mortara e Meyer Fortes. A obra resultante apresentou diversos estudos de caso, mostrando a relação entre, por exemplo, o sistema de parentesco de uma população, a fecundidade e o perfil demográfico (Lorimer, 1954). No Brasil, houve um esforço paralelo, quando, nos

encontros da Abep de 1982 e 1984, foram produzidos artigos e um relatório que traçavam essas relações entre antropologia e demografia (Wong, 1984; Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005).

Durante o doutorado, pude entender melhor essa relação interdisciplinar, as potencialidades e desafios na construção de uma demografia antropológica, ao mesmo tempo que aumentava a produção de estudos nesse campo. No início dos anos 1990, e, especificamente com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (Eco-92), foi implementado o processo de criação de políticas públicas baseadas nos direitos dos povos indígenas reconhecidos pela Constituição de 1988. As demarcações das terras indígenas deveriam, a partir daquele momento, conter em seus limites os recursos ambientais necessários para o bem-estar e para a reprodução física e cultural de cada povo. Passou, então, a ser necessário conhecer melhor a dinâmica demográfica dessas populações, porque a maioria delas estava passando por um processo de crescimento, e as TIs que estavam sendo demarcadas teriam de sustentar aqueles níveis de crescimento. Ou seja, seria preciso pensar qual seria o território necessário que, além da ocupação tradicional, sustentaria o ritmo do aumento de cada população, considerando a tecnologia e os recursos naturais existentes em cada região. Em 1996, o Governo Federal publicou o decreto n. 1.775, que detalha as diretrizes para a realização dos estudos de demarcação. Logo a seguir, a Funai publicou a portaria do Ministério da Justiça n. 14/1996, que estabelece a estrutura dos relatórios circunstanciados de identificação e delimitação das TIs, que passaram a requerer uma análise demográfica da população.

Na época do doutorado, solicitei a alguns antropólogos e indigenistas, amigos e conhecidos, que me enviassem dados demográficos das populações indígenas com quem trabalhavam para que pudesse fazer os exercícios das disciplinas do curso, além de apoiar as demandas dos antropólogos e seus estudos. Nesse período, fiz análises sobre os Wajãpi, com dados coletados pela professora Dominique Gallois e sua equipe, e sobre os Enawenê-Nawê, com dados cedidos pela Opan e pelo professor Márcio Silva (Azevedo, 2000).

Interessante notar que, nessa época, estavam sendo publicados importantes estudos em antropologia demográfica, como o volume *The Demography of Small-Scale Societies: case studies from lowland South America*, organizado por Kathleen Adams e David Price, que reuniu trabalhos apresentados ao longo de anos na South American Indian Conference, realizada no Bennington College, nos Estados Unidos (Adams & Price, 1994). No caso dessa publicação, os estudos de caso apresentados são, em sua maioria, sobre povos indígenas no Brasil.

Além disso, o Censo de 1991 do IBGE foi o primeiro a incluir a categoria “indígena” na pergunta sobre “cor ou raça”. Em novembro de 1996, participei do Seminário Populações Amazônicas: tendências recentes e perspectivas, organizado

pelo dr. Hélio Moura, na Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj), em Manaus. Meu trabalho era o único que apresentava uma discussão sobre povos indígenas. Utilizei os dados do Censo de 1991 e mostrei que os dados da população indígena em Manaus estavam subestimados se comparados com outras fontes de informações (Azevedo, 1997; Heck, 1996; 1997). Mesmo que os dados apresentassem um problema de cobertura da pesquisa, ou de metodologia, ressaltei, no estudo, que a existência de informações demográficas já era um importante avanço.

Ou seja, durante os anos 1990, houve um avanço na política indigenista, o que levou a um interesse sobre as estatísticas oficiais da população indígena no país. Esses materiais, e também os debates, da década de 1990 geraram um novo ciclo de interesse e pesquisas. Parte dessa reflexão está em um artigo que publiquei no livro *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*, editado pelo Instituto Socioambiental (Azevedo, 2000).

Esse novo ciclo de pesquisas sobre demografia dos povos indígenas está relacionado com a formação do GT Demografia dos Povos Indígenas da Abep?

Sem dúvida. Interessados no tema, eu e um conjunto de colegas começamos a interagir e a pensar sobre essa produção contemporânea de demografia antropológica na segunda metade dos anos 1990 e no início dos anos 2000. Cada um de nós, incluindo Heloisa Pagliaro, Ricardo Ventura Santos, Nilza de Oliveira Martins Pereira, Pery Teixeira, estávamos trabalhando, ou passamos a trabalhar, com temas relacionados à demografia indígena, dedicados a pesquisas locais, utilizando dados coletados por meio de *surveys* ou censos autônomos, ou com longas séries históricas. Eu estava trabalhando com o CIARN; Heloísa desenvolvia trabalhos com base em dados produzidos, desde a década de 1960, pelo Programa Xingu da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) sobre os povos indígenas do Parque do Xingu; Ricardo Ventura Santos, Carlos E. A. Coimbra Jr. e Nancy Flowers estavam envolvidos em estudos na interface entre antropologia, demografia e saúde sobre os Xavante. Somente Nilza Pereira não trabalhava com dados primários. Ela atuava no IBGE e utilizava os dados dos Censos de 1991 e 2000, gerando as primeiras análises com base nessas fontes de informação de escala nacional.

Mas antes de falar sobre o GT em si, acho importante destacar o papel que Heloisa Pagliaro teve na iniciativa de organizarmos um grupo e também no desenvolvimento do processo, mantendo uma continuidade nos encontros e na agenda de nossas pesquisas. Heloísa, falecida em 2012, foi socióloga e antropóloga, fez mestrado em demografia na Universidade Paris 1, nos anos 1970, e doutorado na USP, no período de 1998 a 2002.⁴ Sua primeira aproximação com a demografia das populações indígenas ocorreu enquanto atuava na Escola Paulista de Medicina/Unifesp, sede do Projeto Xingu. Motivada por uma solicitação do professor Roberto

Baruzzi, coordenador do projeto, Heloísa começou a trabalhar com os dados de vários povos do Parque Indígena do Xingu.

Em 1994, foi coautora de um artigo, com Baruzzi, analisando o comportamento demográfico do povo Panará, apresentado em um encontro da Abep (Baruzzi *et al.*, 1994). Heloísa desenvolveu uma análise da dinâmica demográfica do povo Kaiabi no período de 1970 a 1999 com vistas a seu doutorado (Pagliaro, 2002). Seu trabalho mostrou que essa população indígena passava por um crescimento populacional com taxas muito altas, o que ela denominou de “revolução demográfica”. Nessa época, a demonstração estatística de que a população indígena estaria aumentando em ritmo acelerado era ainda muito *assustadora* para a comunidade dos demógrafos e para os acadêmicos em geral no Brasil. Isso a ponto de, durante a qualificação de doutorado, ter sido requisitado a Heloísa que fizesse um teste de veracidade dos dados coletados pela equipe médica da Unifesp para verificar se sua análise estava correta. Ela fez, então, um pedido para que o demógrafo Paulo Campanário, especialista em teste e simulação populacional (campo que estava começando a ser desenvolvido), testasse seus dados. O trabalho demonstrou que a população efetivamente apresentava níveis de fecundidade altos e que o crescimento populacional dos Kaiabi era alto, e provavelmente continuaria alto nos anos futuros (Campanário, 2005).

Conheci Heloísa enquanto estávamos fazendo doutorado. Ela me procurou porque eu tinha uma cópia da publicação mencionada anteriormente, qual seja, *Demography of Small-Scale Societies: case studies from lowland South America*. A partir de então, começamos essa articulação no campo da demografia, que culminou na criação do GT. Heloísa conhecia o professor Pery Teixeira, pois os dois haviam estudado juntos na França. Quando Pery assumiu o escritório da Fundaj em Manaus, ela o incentivou a trabalhar com informações sobre as populações indígenas. Ricardo Ventura Santos já trabalhava com povos indígenas e tinha conhecimento tanto de demografia quanto antropologia, especialmente no campo da saúde. O envolvimento de Ricardo também ajudou a estabelecer pontes entre colegas que atuavam na Abep e pesquisadores da área da saúde vinculados à Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco).

Nilza Pereira expôs seu primeiro trabalho sobre a população indígena no encontro da IUSSP de 2001, desenvolvendo uma análise baseada nos resultados do Censo de 1991, comparando-os com os dados de 2000, algo muito mais detalhado do que havia sido publicado pelo IBGE até então (Pereira *et al.*, 2001). Nessa época, ainda era raro cartografar as informações demográficas, e, em outra ocasião, ela apresentou dados dos povos indígenas do Alto Rio Negro e dos Yanomami em um seminário do GT da Abep. Nós pudemos ver, então, como os dados poderiam estar subestimados e como era importante estabelecer uma parceria com o IBGE, porque o instituto estava utilizando conceitos desatualizados em relação à Constituição de 1988, o que fez, por exemplo, com que os recenseadores em 1991 fossem apenas

a “postos indígenas, missões e aldeamentos missionários”, conforme descrito no manual do Censo. Apesar desses problemas, a produção dos dados referentes a 1991 foi extremamente importante para os antropólogos, uma vez que foi possível dar uma visão geral da situação da população de todos os povos indígenas no país. Pudemos refletir também sobre o fato de que a maioria de nós trabalhava com outras fontes de informação que não as *oficiais* e de que havia um interesse por parte do IBGE em aprimorar as análises sobre a população indígena no Brasil.

É importante lembrar que vários colegas da área da antropologia apoiaram esse movimento, como Carmen Junqueira, Mariza Corrêa e João Pacheco de Oliveira, identificando a importância política da existência (e disponibilização) de fontes de informação oficiais sobre os povos indígenas no Brasil. Em 1997, Mariza Corrêa, então presidente da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), por indicação do professor Marcio Silva, me solicitou que fosse a representante da associação no Comitê Consultivo da Sociedade Civil para o Censo de 2000. Para cada reunião, produzia um relatório que, eventualmente, era publicado no boletim da ABA. Assim, o tema da demografia dos povos indígenas despertou um certo interesse na comunidade antropológica e começamos a ter mesas-redondas sobre demografia em antropologia, saúde e educação nas reuniões da ABA, que acontecem a cada dois anos. Estávamos envolvidos em um amplo movimento pela produção de estatísticas oficiais dos povos indígenas, seja através de recenseamentos ou de estatísticas vitais. Logo depois, em 1999, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) realizou o primeiro censo escolar indígena.

Como essa rede de pesquisadores se articulou para a constituição do GT Demografia dos Povos Indígenas no Brasil na Abep?

No início o GT foi constituído como um comitê. Em 2001, na XXIV Conferência da IUSSP em Salvador, Heloísa e eu fomos conversar com o então presidente da Abep, Eduardo Rios-Neto, do Cedeplar, sobre a possibilidade de criação de um GT de demografia dos povos indígenas. Não tínhamos muita esperança, porque a área era vista como algo muito estranho, tanto na demografia como na antropologia, o que era agravado pela invisibilidade estatística desses povos. Felizmente, Rios-Neto foi extremamente receptivo à ideia, e nós também tínhamos apoio de muitos outros colegas, como Elza Berquó, Maria Coleta, Suzana Cavenaghi, Ricardo Ventura Santos, José Alberto Magno de Carvalho, Laura Wong. Vários desses pesquisadores já participavam de discussões sobre demografia dos povos indígenas nos encontros da Abep anteriores a 2001, de modo que viam com bons olhos a criação do comitê.

Assim, em março de 2002, foi criado o Comitê de Demografia dos Povos Indígenas pela diretoria da Abep. A primeira tarefa do grupo foi divulgar a questão

da falta de informações e estatísticas oficiais sobre os povos indígenas, com base na nossa produção dos anos 1990. Também nos incumbimos de entender de que forma seria possível melhorar a captação de informações sobre esses povos por meio dos sistemas oficiais. Montamos uma rede de pesquisadores ligados a diversas instituições parceiras, como o Programa Xingu da Unifesp, o Cedeplar, o Nepo, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a ABA, a Abrasco e o IBGE, órgão que passou crescentemente a participar de seminários e debates.

Figura 3 – Participantes do GT Demografia dos Povos Indígenas no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, realizado de 20 a 24 de setembro de 2004, em Caxambu (MG)

A partir da esquerda: Maria Elizabeth Brea Monteiro (Funai); Marta M. do Amaral Azevedo (Unicamp); aluno de pós-graduação da Unicamp; Nilza de Oliveira M. Pereira (IBGE); Eliana Elizabeth Diehl (UFSC); Roberto Geraldo Baruzzi (Unifesp); Carmen Sylvia de A. Junqueira (PUC/SP); Ana Lucia Escobar (ao fundo, rosto parcialmente visível) (Unir); Ricardo Ventura Santos (Fiocruz e MN-UFRJ); Maria Stella F. Levy (USP); Heloisa Pagliaro (Ufba e Unifesp) e Luciene de Souza Guimarães (Funasa).

Arquivo pessoal Ricardo Ventura Santos.

O comitê procedeu também a uma revisão do conhecimento acumulado sobre o quantitativo da população indígena no Brasil. Uma das primeiras iniciativas que encontramos foi o censo que Darcy Ribeiro havia realizado em meados do século XX. Em 1956, ele publicou um artigo muito importante no periódico *Sociologia*, intitulado “Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da depopulação provocada por epidemias em grupos tribais” (Ribeiro, 1956)⁵ e, no ano seguinte, o texto “Culturas e línguas indígenas no Brasil”, que saiu na revista *Educação e Ciências Sociais* (Ribeiro, 1957). Nesses dois estudos, Ribeiro trata do tema do número de povos indígenas no Brasil, apresenta um levantamento das etnias e grupos tribais, aborda a quantidade de famílias linguísticas e faz uma reflexão sobre o aumento ou queda da população indígena no país.

Demógrafos historiadores já haviam produzido livros e artigos sobre as epidemias e seu efeito em termos de depopulação entre os povos indígenas nas Américas, mas Ribeiro buscava sistematizar uma reflexão que associava demografia, antropologia e sociologia. Em 1970, ele retoma esses interesses e publica dois livros com capítulos sobre questões demográficas, quais sejam, *O Processo Civilizatório* e *Os Índios e a Civilização* (Ribeiro, 1968, 1977). Nesses trabalhos, buscou relacionar as transformações pelas quais as comunidades indígenas passavam, em decorrência do contato com não indígenas, e os processos de crescimento e de perdas populacionais já identificados em alguns grupos. Alguns anos depois, também no âmbito da antropologia, a questão demográfica indígena foi abordada em diversos capítulos do volume *História dos Índios no Brasil*, organizado por Manuela Carneiro da Cunha (1992), assim como em publicações de Mércio Gomes, que, em alguma medida, davam continuidade ao trabalho de Ribeiro (Gomes, 1988).

Como mencionei antes, na primeira metade da década de 1980, especificamente em 1982 e 1984, duas mesas temáticas foram realizadas nos encontros da Abep. Para a discussão de 1982, Lux Vidal, antropóloga da USP, preparou um relatório em que mostrava que diversas comunidades indígenas que haviam sobrevivido ao processo de perdas populacionais decorrente da colonização passavam por “acentuado aumento demográfico” (Vidal, 1982).⁶ A pesquisadora também destaca a falta de estatísticas vitais e recenseamentos da população indígena no Brasil, mas também as iniciativas de contagem desses povos que estavam sendo realizadas pelo Cimi, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e pelo Cedi – centro do qual fui colaboradora por vários anos.

Com base nessa revisão do conhecimento sobre o tema, realizamos em 2003 o Primeiro Seminário de Demografia dos Povos Indígenas no Brasil, na Unifesp. O evento contou com a participação de pesquisadores estrangeiros, incluindo John Early, antropólogo e demógrafo que havia publicado diversos estudos sobre demografia dos Yanomami, produzidos em colaboração com o missionário John Peters (Early & Peters, 1990; Early, *et al.*, 2005). Nesse seminário,

apresentamos trabalhos baseados em dados populacionais com que estávamos operando, que mostravam que a população indígena no Brasil estava em acelerado processo de crescimento. Heloísa chamou esse fenômeno de “revolução demográfica”, como já mencionado anteriormente. Carlos E. A. Coimbra Jr., Ricardo Ventura Santos, Nancy Flowers e Francisco Salzano também descreveram o processo na obra *The Xavante in Transition*, livro pioneiro ao propor uma reflexão acerca das maneiras como a trajetória histórica, saúde, ambiente e ecologia humana se relacionavam com o perfil e a dinâmica demográfica de um povo indígena específico, no caso os Xavante da TI Pimentel Barbosa, em Mato Grosso (Coimbra Jr. *et al.*, 2002).

Esse crescimento da população indígena também estava sendo observado nos demais países da América Latina?

Sim. Em 2004 participamos da articulação de uma rede latino-americana no âmbito da Alap. Conforme já mencionei, em 2001, começávamos a estruturar o comitê na Abep, com a organização do seminário, sessões temáticas e mesas-redondas nos encontros da Abep, que funcionavam e ainda funcionam como espaços de discussão, nos quais desenvolvemos nossas análises, reflexões e desafios metodológicos e teóricos. A criação da Alap ocorreu concomitantemente com a realização de seu primeiro congresso, em Caxambu, Minas Gerais, do qual participamos com duas sessões temáticas. Diversos antropólogos, como Bartomeu Melià, estavam presentes, o que contribuiu para a criação da Red Dinámica de las Poblaciones y Pueblos Indígenas de América Latina. Estabelecemos uma parceria com o Centro Latino-Americano e Caribenho de Demografia (Celade), que é a divisão de população da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal), em que destaco a participação de Fabiana Del Popolo. Em 1994, o Celade já havia realizado uma reunião com especialistas em povos indígenas cujo tema era justamente o conhecimento e a produção de informações demográficas sobre esses povos na América Latina.

Ao longo desses vários encontros, tivemos muitas sessões sobre a dinâmica e comportamento demográfico dos povos indígenas em diversos países da região, além do Brasil. Observavam-se fenômenos muito semelhantes acontecendo com os povos indígenas de países da América Latina e Caribe. A recuperação populacional, com altas taxas de fecundidade, era comum a todos, o que poderia indicar aspectos da primeira fase da transição demográfica ocorrendo entre os povos indígenas, com queda nas taxas de mortalidade infantil (TMIs), ocasionada pela melhoria do atendimento à saúde e disponibilização de vacinas (Azevedo, 2006). No Brasil, apesar de também apresentarem uma tendência de queda, as TMIs ainda eram altas, em comparação com as da população não indígena (mesmo calculando-se por macrorregiões). Havia algumas exceções, como, por exemplo, entre os povos indígenas

no Parque do Xingu, cujas taxas começaram a diminuir nos anos 1960 e ficaram mais baixas, no final dos anos 1990 e início do século XXI, do que as da população não indígena, o que comprova a importância fundamental do atendimento à saúde dessas comunidades, como o realizado pelo Programa Xingu da Unifesp.

Outras semelhanças foram identificadas quanto à migração de jovens para as áreas urbanas, em análise feita em conjunto com o Celade, com bancos de dados compilados e organizados por essa instituição, e também quanto à saúde reprodutiva e fecundidade. Em relação a essa segunda questão, chamamos atenção para as especificidades no perfil e no comportamento reprodutivo de diferentes povos da América Latina. Em 2008, Laura Wong, então presidente da Alap, organizou uma coletânea intitulada *Población y Salud Sexual y Reproductiva en América Latina*, na qual reuniu trabalhos que haviam sido apresentados nos encontros da Alap de 2004, 2006 e 2008 (Wong, 2008). Nessa publicação, Heloísa e eu assinamos um texto em que analisamos diferentes comportamentos demográficos, perfis de fecundidade e questões culturais (Pagliaro & Azevedo, 2008). Propusemos uma reflexão sobre temas, como perfis de fecundidade, descendência matrilinear/patrilinear, uroxilocalidade/virilocalidade, padrões de assentamento e ecologia humana, ou seja, tratava-se de uma efetiva tentativa de diálogo entre antropologia e demografia. Em 2009, a Alap promoveu em Lima o Seminário Latino-Americano sobre Demografia, por ocasião dos 15 anos da Conferência Internacional de População e Desenvolvimento de Cairo. Durante esse evento, realizamos uma mesa-redonda sobre Saúde Reprodutiva dos Povos Indígenas da América Latina, inserindo o debate dos direitos específicos dos povos indígenas na pauta dos Objetivos do Milênio construídos pela ONU.

Além dessa articulação na Alap, houve também uma atuação do comitê visando a construir uma agenda internacional no âmbito da IUSSP?

Houve sim. Além da própria criação do comitê na conferência da IUSSP em 2001, coordenamos uma mesa sobre demografia de povos indígenas durante a gestão de José Alberto Magno de Carvalho (1998-2001). A preparação para o congresso da IUSSP, realizado em Tours, na França, em 2005, foi muito produtiva. Isso porque aconteceram discussões muito amplas sobre os conceitos de populações tradicionais, autóctones ou indígenas, incluindo algumas reflexões por parte de povos africanos, asiáticos e indianos. Tive a oportunidade, então, de coordenar o GT e organizar uma sessão temática (Demography of Indigenous Peoples) e uma outra de *posters* sobre o tema. Tivemos contato com estudiosos do mundo todo e contamos com trabalhos da América Latina, Tailândia, Índia. Houve também um debate sobre as populações consideradas indígenas na África. Massimo Livi Bacci e Joe Potter, dois demógrafos de renome, estavam presentes na sessão temática.

Em 2006, reencontramos Livi Bacci em um encontro da Abep, em Caxambu, que contou também com a presença do professor Eliel Benites, da etnia Guarani Kaiowá. No evento, tivemos a oportunidade de conversar sobre trabalhos de demografia histórica com foco nos povos indígenas. Livi Bacci tem estudos importantes no campo da macrodemografia e estava realizando uma pesquisa sobre demografia histórica no âmbito das populações indígenas na América Latina, de modo que buscava indicações e referências. Essa pesquisa gerou o livro *Conquista: a destruição dos índios americanos* (Livi-Bacci, 2007), no qual o demógrafo discute as causas da depopulação, desaparecimento dos povos indígenas durante a colonização nas Américas, e mostra que guerras e escravidão tiveram papel fundamental nesse processo. Ao enfatizar esses fatores, Livi Bacci chamou atenção para outras causas, além das epidemias de doenças infecciosas, que normalmente não são consideradas centrais para a depopulação indígena.

Como foi a continuidade do trabalho do GT na Abep?

Em 2005, mesmo ano da IUSSP, realizamos dois eventos: o II Seminário de Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: quarenta anos do Programa de Saúde da Unifesp/EPM no Parque Indígena do Xingu e o I Seminário Internacional de Demografia e Saúde dos Povos Indígenas na América Latina. Esses dois encontros foram promovidos com a colaboração do nosso GT.

Também, em 2005, foi publicada a coletânea *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*, em coedição da Editora Fiocruz e Abep. Na introdução desse volume, organizado pela Heloísa Pagliaro, Ricardo Ventura Santos e por mim, apresentamos uma detalhada revisão acerca da produção do conhecimento sobre o tema (Pagliaro, Azevedo & Santos, 2005).

Um dos pontos discutidos no livro foi o de que as categorias utilizadas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000 não permitiam cálculos sobre mortalidade e fecundidade por povos ou por TI ou mesmo por município. Ou seja, os dados do IBGE eram limitados para caracterizar populações de pequeno porte. A pergunta sobre “cor ou raça”, na qual se insere a categoria “indígena”, estava no questionário da amostra, e as informações derivadas de estatísticas vitais, como o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos do (Sinasc), eram limitadas, não apresentavam sequer a distinção urbana/rural. As análises que conseguíamos produzir com rigor científico eram, sobretudo, baseadas em dados obtidos por pesquisadores em contextos locais/regionais específicos.

Ainda em 2005, o IBGE publicou o livro *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000*, sob a coordenação de Nilza de Oliveira Martins Pereira (IBGE, 2005). O GT contribuiu bastante nesse projeto editorial: Pery Teixeira fez a análise de mor-

talidade infantil, e Laura Wong, a de fecundidade. Diversos outros participantes do GT, entre eles, Heloísa Pagliaro, Ricardo Ventura Santos, Carlos Coimbra Jr, Carmen Junqueira, Maria Elizabeth Brea, Marília Brazil e eu mesma, nos envolvemos nessa publicação. Apesar de ser um grande desafio, defendemos que era essencial incluir a categoria indígena naqueles dois censos, e fizemos algumas recomendações para o aprimoramento metodológico no processo de coleta de dados censitários sobre os povos indígenas.

O terceiro seminário do GT, em 2007, aconteceu no Nepo e teve o objetivo de dar continuidade à discussão acerca da melhoria da captação dos dados sobre indígenas. Uma das questões discutidas foi o aprimoramento da compatibilização entre as malhas cartográficas do IBGE e da Funai. Além da pergunta estar apenas no questionário da amostra, não havia coincidência entre os setores censitários do IBGE e os perímetros das TIs identificadas pela Funai. Essa compatibilização era essencial para que o IBGE pudesse divulgar os dados para cada TI, unidade geográfica segundo a qual a maior parte das políticas públicas para a população indígena são executadas. Para viabilizar o compartilhamento destas informações entre as duas instituições, fizemos uma articulação para que a Funai também participasse do seminário. Com apoio da ABA, conseguimos que o IBGE incluísse no Censo de 2010 o recorte espacial das TIs. Esse foi um dos grandes avanços metodológicos da pesquisa censitária, além da passagem da pergunta “cor ou raça” para o questionário do universo (Azevedo, 2011; Azevedo *et al.*, 2016; Azevedo, 2017; IBGE, 2012; Pereira, 2016; Santos *et al.*, 2019).

O quarto seminário foi realizado em Belo Horizonte, no âmbito das discussões de 15 anos da Conferência de População e Desenvolvimento de Cairo, em agosto de 2009. Na ocasião, foi lançado um dossiê no periódico *Caderno CRH*, intitulado “Povos indígenas no Brasil”, que foi a última publicação coordenada por Heloísa Pagliaro (2009).

O quinto seminário ocorreu em conjunto com o II Seminário Internacional de Demografia e Saúde dos Povos Indígenas na América Latina, e foi realizado em Manaus, sob coordenação de Pery Teixeira. Esses eventos tiveram uma grande participação de alunos de graduação e pós-graduação do Norte e Nordeste.

Em 2011 foi realizado o sexto seminário do GT no Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), em Brasília. O evento teve a coordenação e a participação de Ricardo Verdum, antropólogo, especialista na temática de políticas públicas e povos indígenas. Discutiram-se temas ligados às interfaces entre políticas públicas, antropologia, legislação indigenista e demografia.

O sétimo seminário, organizado por Ricardo Ventura Santos, ocorreu em 2013 no Museu do Índio, órgão da Funai, no Rio de Janeiro. Foram discutidos no evento os primeiros resultados do Censo Demográfico de 2010. Em 2012, o IBGE havia lançado a publicação *Os Indígenas no Censo de 2010: características gerais*,

um marco histórico que, pela primeira vez, deu acesso a informações, para todo o Brasil, de perfil etário, dentro e fora das TIs (IBGE, 2012). Os dados eram riquíssimos e foi uma *virada* na maneira como o IBGE estava assumindo, analisando e publicando as informações sobre os povos indígenas no país.

A temática do oitavo seminário, realizado em 2015, foi Saúde, Território e Ambiente. Sob coordenação de Ricardo Ventura Santos, o encontro também aconteceu no Rio de Janeiro, em uma das sedes do IBGE. Essa oportunidade foi fundamental, pois tivemos a participação de técnicos, analistas, antropólogos, sociólogos, demógrafos, geógrafos e cartógrafos, tanto do IBGE quanto da Fiocruz, Museu Nacional, Museu do Índio, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e demais instituições sediadas na cidade. Naquele momento, já tínhamos uma produção com rigor científico utilizando informações censitárias, em diálogo com a demografia e antropologia que o GT vinha construindo há mais de dez anos. O dossiê publicado na *Revista Brasileira de Estudos de População* (Rebep), também sob coordenação de Ricardo Ventura Santos, traz trabalhos desenvolvidos com o aprimoramento e sofisticação metodológica possibilitados pelos dados do IBGE, vários dos quais apresentados nos seminários de 2013 e 2015 promovidos pelo GT (Santos, 2016).

Finalmente, em 2017, realizamos o nono seminário em Belo Horizonte, coordenado por Marden Barbosa de Campos e Ricardo Ventura Santos, que teve como um dos principais objetivos iniciar uma discussão sobre as potencialidades do Censo Demográfico de 2020 e a importância da manutenção das questões que permitam a captação da população indígena. Alguns dos trabalhos publicados nesta coletânea são desenvolvimentos de apresentações desse encontro de 2017.

Considerando todo esse percurso dos estudos demográficos sobre os povos indígenas no Brasil, qual seria o balanço da atuação do GT e quais são as perspectivas para o campo?

Acredito que, desde o início da articulação para criação do GT da Abep, conseguimos criar e manter uma rede de pesquisadores e instituições que se estende ao longo de um período de quase vinte anos. Essa é uma grande conquista do grupo como um todo. Pensando em nossos objetivos, é importante destacar que o principal foco foi aprimorar a produção de dados com cobertura nacional e analisá-los com rigor científico. Esse conhecimento deveria abarcar uma reflexão sobre a relação entre cultura e demografia. Ou seja, os estudos demográficos deveriam ser informados pela antropologia e desenvolvidos levando em consideração cada um dos povos e etnias.

Antes de iniciarmos as análises propriamente ditas, tivemos que enfrentar a falta de fontes de informação para esses estudos. A primeira etapa era implementar as fontes, fase em que o censo teve e tem papel central. Esse mesmo esforço

também foi feito em relação aos dados sobre saúde e educação. Tivemos um grande avanço, mas ainda restam desafios importantes para o funcionamento dos sistemas de estatísticas oficiais sobre os indígenas no Brasil, relacionados à compatibilização e harmonização desses dados. A compatibilização dos perímetros das TIs também é essencial entre as diversas fontes de informações, como o Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena, o Inep, IBGE e Funai.

Como agenda de pesquisas futuras, destaco a importância da realização de uma demografia histórica dos povos indígenas, com um avanço na investigação comparativa entre dinâmicas e perfis demográficos de povos que têm culturas, estruturas sociais e políticas diferentes. Outros temas importantes, mas que ainda são muito difíceis de pesquisar, em virtude da falta de informações censitárias, são: a mobilidade espacial dos povos indígenas, a migração para as cidades, as mudanças no perfil etário e a queda da fecundidade, o que poderia indicar que os povos indígenas no Brasil estão entrando em uma fase de transição demográfica ou passando por ela. Por fim, é essencial buscar uma maior participação da população indígena na produção de dados e análises demográficas, cenário cada vez mais possível, uma vez que há um crescente número de jovens indígenas ingressando no sistema universitário. Tão estratégico quanto continuar a fomentar a realização de uma demografia indígena é formar demógrafos indígenas no país.

Notas

- ¹ As entrevistas foram realizadas no âmbito do projeto de pesquisa Saúde dos Povos Indígenas no Brasil: perspectivas históricas, socioculturais e políticas, coordenado por Ricardo Ventura Santos e apoiado pelo Wellcome Trust/UK (financiamento de pesquisa n. 203486/Z/16/Z). Alessandra Traldi Simoni e Bruno Nogueira Guimarães são, respectivamente, bolsistas de doutorado e de pós-doutorado nesse projeto.
- ² Marta Azevedo nasceu na cidade de São Paulo/SP, em 22 de abril de 1955.
- ³ Sobre a gênese do campo da demografia dos povos indígenas na Abep, ver também a Apresentação da presente coletânea.
- ⁴ Sobre a trajetória de Heloísa Pagliaro, ver "*In memoriam*". Disponível em: <www.alapop.org/alap/SerieInvestigaciones/Serie12/Serie12_Art2.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2019.
- ⁵ O capítulo de Carolina Arouca Gomes de Brito neste volume aborda, de uma perspectiva sócio-histórica, o trabalho "Convívio e contaminação" de Darcy Ribeiro.
- ⁶ A Apresentação da presente coletânea aborda a importância histórica desse texto de Vidal.

Referências

- ADAMS, K. & PRICE, D. (Eds.) *The Demography of Small-Scale Societies: case studies from lowland South America*. Vermont: Bennington College, 1994. (South American Indian Studies, n. 4)
- AZEVEDO, M. M. A. Reparando a omissão do IBGE. *Porantim*, 149: 7, jul./ago. 1992.
- AZEVEDO, M. M. A. Fontes de dados para populações indígenas da Amazônia brasileira. *Cadernos de Estudos Sociais da Fundação Joaquim Nabuco*, 13(1): 163-177, 1997.
- AZEVEDO, M. M. A. Censos demográficos e “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: RICARDO, C. A. (Org.). *Povos Indígenas no Brasil 1996/2000*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- AZEVEDO, M. M. A. *Demografia dos Povos Indígenas do Alto Rio Negro/Amazonas: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução*, 2003. Tese de Doutorado, Campinas: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.
- AZEVEDO, M. M. A. Povos indígenas na América Latina estão em processo de crescimento. In: RICARDO, C. A. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas do Brasil 2001/2005*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2006.
- AZEVEDO, M. M. A. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, C. A. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas do Brasil 2006/2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- AZEVEDO, M. M. A. Os povos indígenas e os censos demográficos no Brasil. In: BERQUÓ, E. (Org.). *Demografia na Unicamp: um olhar sobre a produção do Nepo*. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.
- AZEVEDO, M. M. A. *et al.* O que o Censo de 2010 pode revelar sobre os povos indígenas no Brasil? In: RICARDO, C. A. & RICARDO, F. (Orgs.). *Povos Indígenas do Brasil 2011/2016*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2016.
- BARUZZI, R. *et al.* Os índios Panará: a busca pela sobrevivência. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, IX, 1994, Caxambu. *Anais...* São Paulo: Abep, 1994.
- BASTIDE, R. *Antropologia Aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 1971.
- CAMPANARIO, P. Estimativas de fecundidade e de mortalidade de populações de pequena escala através de um modelo demográfico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M. A. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.). *História dos Índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- COIMBRA JR., C. E. A. *et al.* *The Xavante in Transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.

- COMISSÃO DO REAL INSTITUTO DE ANTROPOLOGIA DA GRÃ-BRETANHA E DA IRLANDA (CRIAGBI). *Guia Prático de Antropologia*. São Paulo: Cultrix, 1973.
- CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). Estatística: índios que sobrevivem e terras que lhes restam. Quantos são os sobreviventes? Um retrato de nossa população indígena. *Porantim*, 38: 3-13, abr. 1982.
- EARLY, J. D. & PETERS, J. F. *The Population Dynamics of the Mucajaí Yanomami*. New York: Academic Press, 1990.
- EARLY, J. *et al.* A dinâmica demográfica dos Mucajaí Yanomami: uma entrevista com John Early. In: PAGLIARO, H; AZEVEDO, M. M. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- GOMES, M. P. *Os Índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- HECK, E. Índios no IBGE. *Porantim*, 174: 5, maio 1995.
- HECK, E. IBGE e os índios invisíveis. *Porantim*, 188: 11, set. 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Tendências Demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). *Censo Escolar Indígena 1999*. Brasília: Inep, 2001.
- LIVI-BACCI, M. *Conquista: a destruição dos índios americanos*. Lisboa: Edições 70, 2007.
- LOPES DA SILVA, A. (Org.). *A Questão da Educação Indígena*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LORIMER, F. (Ed.). *Culture and Human Fertility: a study of the relation of cultural conditions to fertility in non-industrial and transitional societies*. Paris: Unesco, 1954.
- MAUSS, M. *Introducción a la Etnografía*. Madrid: Istmo, 1974.
- OLIVEIRA, J. P. & FREIRE, C. A. R. (Orgs.). *A Presença Indígena na Formação do Brasil*. Brasília: Ministério da Educação, Laced/Museu Nacional, 2006.
- PAGLIARO, H. *A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso, 1970-1999*, 2002. Tese de Doutorado, São Paulo: Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo.
- PAGLIARO, H. Dossiê Povos indígenas do Brasil. *Caderno CRH*, 22(57): 447-546, 2009.
- PAGLIARO, H. & AZEVEDO, M. M. A. Comportamento reprodutivo de povos indígenas no Brasil: interface entre a demografia e a antropologia. In: WONG, L. R. (Ed.). *Población y Salud Sexual y Reproductiva en América Latina*. Córdoba: Alap, FNUAP, 2008. (Serie Investigaciones)

- PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M. A. & SANTOS, R. V. (Orgs.). *Demografia dos Povos Indígenas no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, Abep, 2005.
- PEREIRA, N. O. M. Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010. *Revista Brasileira de Estudos de População*, 33(2): 423-430, 2016.
- PEREIRA, N. O. M. *et al.* The indigenous population of Brazil – 1991 Population Census. *In: INTERNATIONAL UNION FOR THE SCIENTIFIC STUDY OF POPULATION GENERAL CONFERENCE, XXIV, 2001, Salvador.*
- RIBEIRO, D. Convívio e contaminação: efeitos dissociativos da população provocada por epidemias em grupos indígenas. *Sociologia*, 18: 3-50, 1956.
- RIBEIRO, D. Culturas e línguas indígenas do Brasil. *Educação e Ciências Sociais*, 2: 5-102, 1957.
- RIBEIRO, D. *O Processo Civilizatório: etapas da evolução sociocultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- RIBEIRO, D. *Os Índios e a Civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- SANTOS, R. V. Prólogo. Dossiê “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, 33(2): 231-235, 2016.
- SANTOS, R. V. *et al.* The identification of the indigenous population in Brazil’s official statistics, with an emphasis on demographic censuses. *Statistical Journal of the IAOS*, 35(1): 26-49, 2019.
- SUESS, P. (Org.). *Em Defesa dos Povos Indígenas: documentos e legislação*. São Paulo: Edições Loyola, 1980.
- VIDAL, L. Demografia dos grupos étnicos minoritários: índios. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, III, Águas de São Pedro, 1982. Anais...* São Paulo: Abep, 1982.
- WONG, L. Resumo das discussões sobre o tema “etnia e população”. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, IV, Águas de São Pedro, 1984. Anais...* São Paulo: Abep, 1984.
- WONG, L. R. (Org.). *Población y Salud Sexual y Reproductiva en América Latina*. Córdoba: Alap, FNUAP, 2008. (Serie Investigaciones)

Outros títulos da coleção Saúde dos Povos Indígenas

A Cosmopolítica da Gestação, do Parto e do Pós-Parto: autoatenção e medicalização entre os índios Munduruku
Raquel Paiva Dias-Scopel, 2018

Saúde Indígena em Perspectiva: explorando suas matrizes históricas e ideológicas
Carla Costa Teixeira e Luiza Garnelo (orgs.), 2014

Processos de Alcoolização Indígena no Brasil: perspectivas plurais
Maximiliano Loiola Ponte de Souza (org.), 2013

Medicinas Indígenas e as Políticas da Tradição: entre discursos oficiais e vozes indígenas
Luciane Ouriques Ferreira, 2013

Transformação e Persistência: antropologia da alimentação e nutrição em uma sociedade indígena amazônica
Maurício Soares Leite, 2007

Demografia dos Povos Indígenas no Brasil
Heloísa Pagliaro, Marta Maria Azevedo e Ricardo Ventura Santos (orgs.), 2005

Poder, Hierarquia e Reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro
Luiza Garnelo, 2003

Formato: 21 x 26 cm
Tipologia: Egyptian505 BT
Papel: offset 90g/m² (miolo) e Cartão Supremo 250g/m² (capa)
CTP, impressão e acabamento: Imo's Gráfica e Editora Ltda.
Rio de Janeiro, novembro de 2019.

Não encontrando nossos títulos em livrarias,
contactar a EDITORA FIOCRUZ:
Av. Brasil, 4036, térreo, sala 112 – Manguinhos
21040-361 – Rio de Janeiro, RJ
Tel.: (21) 3882-9039 e 3882-9007
Telefax: (21) 3882-9006
editora@fiocruz.br
www.fiocruz.br/editora